



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 13 – Ano VII – 05/2018
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Discursos sobre clima do Nordeste brasileiro em questões do vestibular da Unicamp: educação, consensos e produção de sentidos

Prof^a. MSc. Livia Dias de Azevedo
Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade pela
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS – Brasil
Doutoranda em Ensino e História das Ciências da Terra pela
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Brasil
Docente do Departamento de Educação da
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1378612236712654>
E-mail: liviadias2@gmail.com

Prof. Dr. Edson Roberto de Souza
Doutor em Ensino e História das Ciências da Terra pela
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Brasil
Doutor em Ciências Experimentais e Sustentabilidade
Universitat de Girona, UDG, Espanha
Docente do Instituto de Geociências do curso de Pós-graduação em Ensino e
História das Ciências da Terra – UNICAMP – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0047351860159294>
E-mail: fisedsonson@gmail.com

Resumo: A região Nordeste do Brasil ainda se constitui como região problema, seja pela falta ou escassez das chuvas ou pela veiculada dependência política, tecnológica, cultural, educacional e financeira dos grandes centros da região Sudeste. Esses são discursos postos e que circulam por ambientes escolares, científicos, institucionais governamentais, midiáticos, seja pela via digital ou impressa. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar a região

Nordeste, sobretudo o seu clima, sob o ponto de vista da Análise do Discurso (AD) e tem como principais interlocutores Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Sírío Possenti, Jean-Jacques Courtine, Freda Indursky, dentre outros. Propomos a seguinte pergunta para conduzir a análise: qual o funcionamento discursivo do tema clima do Nordeste em duas questões de geografia do vestibular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)? Ou dito de outra forma: quais os efeitos de sentido produzidos por essa questão quando posta em relação a outras textualidades? Assim, foi possível identificar através da análise que há uma memória discursiva hegemônica sobre o clima do Nordeste brasileiro, bem como há sentidos estabilizados que se atualizam ao longo do tempo, tais como, seca, miséria, caatinga, terra rachada e cinza.

Palavras-chave. Análise do Discurso. Texto. Unicamp. Vestibular. Clima do Nordeste.

Introdução

A região Nordeste do Brasil ainda se constitui como região problema, seja pela falta ou escassez das chuvas ou ainda pela veiculada dependência política, tecnológica, cultural, educacional e financeira dos grandes centros da região Sudeste. Esses são discursos postos e circulam por ambientes escolares, científicos, institucionais governamentais, midiáticos, seja pela via digital ou impressa. Do ponto de vista da escassez das chuvas, principal motivo que torna o Nordeste um tema interessante para as mídias, é ponto pacífico que a natureza é a principal responsável pela situação de atraso, pobreza e mendicância que vive o Nordeste e os nordestinos, esse é um lugar-comum sobre essa região. Mas, outros discursos irrompem e atravessam esse discurso comum introduzindo para além de condicionantes naturais, os sociais.

A proposta principal desse texto é analisar a região Nordeste, sobretudo o seu clima, sob o ponto de vista da Análise do Discurso (AD). Propomos a seguinte pergunta para conduzir a análise: qual o funcionamento discursivo do tema clima do Nordeste em uma questão de geografia do vestibular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)? Ou ainda: quais os efeitos de sentido produzidos por essa questão quando posta em relação a outras textualidades?

É laborioso discutir sobre clima e, em particular, o clima do Nordeste, este,

por sua vez, carrega uma memória social bastante conhecida, via de regra, falar sobre clima do Nordeste é falar sobre seca, caatinga, falta de chuvas, terra rachada, cinzenta, diminuição dos leitos dos rios, perda da produção agropecuária, é falar de um sujeito sofrido, mas que resiste às intempéries da natureza, visto que é quase também natureza. As relações entre homem, espaço e natureza são marcadamente presentes nesta região. Mas, essa produção imagético-discursiva só faz sentido pela força das condições de produção que criaram, sustentam e atualizam os discursos em torno do Nordeste.

O clima do Nordeste será aqui considerado como um acontecimento discursivo, um instaurador de discursividade, no que Pêcheux (1999, 2015) entende por um processo que envolve certa improbabilidade, tem memória, repercussão e circula por espaços-tempos diferentes. O acontecimento não se dá como um fato, um ato em si, do ponto de vista discursivo, acontece já antes.

O acontecimento está voltado ao processo de circulação em espaços-tempos diversos, com diferentes efeitos de sentido na tensão ao estabelecido, resulta de uma memória e uma atualidade, embora tenham memória se atualizam no contexto em que aparecem, precisam ser registrados, comprovados, legitimados, oficializados pelas instituições e por elas se fazem circular. Assim, os discursos sobre a seca do nordeste circulam por espaços heterogêneos desde a sua origem: escolas, universidades, agências do estado, agências de pesquisa, documentos oficiais, anuários, artes, literatura, fotografia, música, jornais, novelas, cinema, internet.

O clima do ponto de vista discursivo só pode ser pensado na sua relação com as condições de produção, ideologia, formação discursiva e a memória discursiva domínios pelos quais o gesto de leitura percorrerá.

Dessa forma, entendemos que a AD se estabelece como importante possibilidade de leitura do mundo, de atos de fala cotidianos, acontecimentos, evidências já estabelecidas pela força da repetição e insurreições que desorganizam essa ordem. Mas, a AD se preocupa mais com o jogo proposto pela linguagem e menos com possíveis verdades demonstradas. Logo, não nos interessa demonstrar verdades ou revelar inverdades a respeito do clima da região Nordeste, mas dá a ver o caráter complexo e contraditório das relações do clima com a sociedade e as instituições e de como sua apresentação hegemônica cria uma memória coletiva sobre um espaço tão múltiplo, multifacetado e heterogêneo.

Dessa forma, utilizamos os aportes teórico-metodológicos da AD nos trabalhos desenvolvidos por Pêcheux (2014, 1999), Courtine (2009), Orlandi (2015), Possenti (2009) e outros, principais interlocutores deste texto, a qual está organizada, além dessa introdução, em quatro momentos, o primeiro versa sobre a construção ideológica-discursiva e espacial do Nordeste, segundo, reflete sobre os processos de seleção na história da educação brasileira, terceiro, contextualiza o vestibular da Unicamp e o quarto se dedica as análises das questões e para efeito de fechamento, as conclusões finais. O gesto de leitura construído é atravessado em todos os seus momentos pelos dispositivos teóricos e metodológicos da AD.

O corpus

Para a AD o *corpus* é um conjunto de documentos, textos, imagens que servem de base e substância para descrição e interpretação de um fenômeno discursivo, podendo ser reorganizado e revisto não apenas antes, mas durante o trabalho e o percurso da escrita, é o que Orlandi (2015) chamará de montagens discursiva, dada a natureza diversa dos materiais. Ele pode, assim, ser composto por múltiplas textualidades, sendo uma decisão do pesquisador, das necessidades e dos desejos que lhe movem.

Dessa forma, é importante dizer que o *corpus* deste artigo é um recorte de um amplo *corpus* que se constitui de um conjunto de provas de geografia de segunda fase do vestibular da Unicamp, nos anos de 1990, 1991, 1993, 1996, 1997, 2003, 2006, 2009, 2011. Para a seleção desse conjunto de provas foram necessários alguns critérios, desenvolvidos ao longo do trabalho com as provas. De forma geral, os critérios foram os seguintes: seleção de todas as provas de primeira e segunda fase de geografia do vestibular da Unicamp entre os anos de 1987 a 2016, fechando um ciclo de 30 anos de provas, posteriormente, recorte pelas provas dissertativas, em seguida, recorte temático, provas de geografia em que o clima fosse tema central, e por fim, clima nordestino do Brasil como enfoque principal. Para a presente análise trazemos as questões 16 e 06, de 2003 e 2011, respectivamente.

O vestibular da Unicamp

Em 1965 o Conselho Estadual de Educação designou a comissão para organizar e instalar a Universidade Estadual de Campinas. À frente da comissão estava o então presidente e em 1966 reitor da recém criada universidade, Zeferino Vaz. Inicialmente, o vestibular para ingresso a Unicamp era realizado junto ao da Universidade de São Paulo (Usp), pela Fundação Universitária para o Vestibular da Universidade de São Paulo (Fuvest)¹.

Desde 1987 a Unicamp tem um sistema próprio de seleção dos estudantes para ingresso na instituição e possui um órgão responsável para elaborar as provas, bem como para organizar e avaliar o seu vestibular anual. A Comissão permanente de vestibulares da Unicamp (Comvest) é um setor agregado a Pró-reitoria de Graduação e é responsável pela elaboração, correção e realização dos vestibulares da Unicamp. A Comvest não cuida, apenas, da logística de organização dos vestibulares, mas conta também com uma equipe de professores da própria instituição que se encarregam da elaboração e correção dos exames.

As provas abrangem as diversas áreas do conhecimento escolar, como Geografia, História, Física, Química, Língua Inglesa, Matemática, Língua e Literatura Portuguesas, Redação e Biologia. Essas provas são elaboradas por equipes de professores dos institutos em que cada área está localizada institucionalmente. Por exemplo, as provas de Geografia são elaboradas por professores deste curso. Portanto, são docentes universitários que pensam e elaboram os exames a serem realizados pelos estudantes das escolas básicas de diversos estados brasileiros. Em levantamento estatístico das provas de Geografia de primeira e segunda fase da Unicamp, entre os anos de 1987 a 2016, o clima foi identificado como sendo o tema de maior prevalência.

Esse recorte temporal, como justificado anteriormente está relacionado ao tempo de autonomia da Unicamp como elaboradora e corretora de seu próprio processo seletivo. A Comvest foi fundada em 1986, ano do primeiro vestibular separado da Fundação Universitária para o Vestibular da Universidade de São Paulo (Fuvest-Usp). Segundo dados da universidade o desligamento da Fuvest se dá pela

¹ Dados do site da Unicamp: <http://www.50anos.unicamp.br/linha-do-tempo>.

necessidade de buscar estudantes que fossem capazes de organizar ideias e estabelecer relações (ver figura 1). Portanto, a Unicamp desejava um outro perfil de estudante ingressante.

Segundo a Comvest em 1970 a Unicamp foi incluída no vestibular da Fuvest, naquela época, adotavam “um modelo de seleção baseado em provas com questões de múltipla escolha, formuladas a partir do conteúdo curricular das disciplinas do Ensino Médio” (COMVEST, 2016, p. 11). Desde já a Unicamp se coloca como uma instituição capaz de influenciar o ensino anterior à universidade, “a percepção era a de que ele [o vestibular integrado Fuvest/Unicamp] exercia uma influência negativa sobre as etapas anteriores à Educação Superior, além de enfatizar aspectos não fundamentais para o perfil de estudante desejado pela Unicamp” (2016, p.11). Os sentidos produzidos ai, podem sugerir que as escolas devem se adequar ao perfil de estudante exigido pela Unicamp e que universidade e escola estariam em posições hierárquicas de conhecimento.

Em ofício enviado por Rubens Alves ao então reitor José Pinotti em 1985, dentre outras consta a seguinte questão

Os exames vestibulares, longe de serem simples exames de entrada, são fatores que têm determinado, em grande medida, as linhas de desenvolvimento da nossa educação, nos 1ºs e 2ºs graus, cristalizando e institucionalizando uma série de deformações que vão desde o estreitamento do interesse dos jovens e o desperdício da inteligência até a injusta seleção preliminar que elimina as classes menos favorecidas. (COMVEST, 2016, p. 12)

Para Rubens Alves a forma que o vestibular era realizado podia desestimular os estudantes em relação à educação, uma vez que existe uma grande desigualdade social em nosso país. Como levar em consideração o mérito e as classes menos favorecidas ao mesmo tempo? Haja vista que as classes menos favorecidas economicamente, são também as menos favorecidas de oportunidades diversas como educação de qualidade, acesso a diversidade cultural e a fonte dispersas de estudo. E ainda, como mensurar as inteligências? Desde o início da autonomia do vestibular da Unicamp parece que é um movimento aceito que o vestibular intervém de forma direta nos currículos da escola básica, instituindo e institucionalizando práticas adequadas ao exame.

Na figura 1 tem-se a primeira portaria que estabelece as normas para o primeiro Concurso vestibular da Unicamp em 1987, nela está descrito além das normas os objetivos desejados para seus futuros estudantes.

Figura 01 – Portaria 250/1986.



Procuradoria Geral



Portaria GR-250/1986, de

Reitor: Paulo Renato Costa Souza

Dispõe sobre normas para o Concurso Vestibular de 1987 e dá outras providências

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, tendo em vista o aprovado pela Câmara Deliberativa da Comissão Permanente para Concursos Vestibulares da Unicamp, em sessão de 4 de agosto de 1986, baixa as seguintes normas para o Concurso Vestibular de 1987:

Artigo 1º - O Concurso Vestibular consiste na classificação de candidatos à matrícula inicial na Universidade e tem por objetivos:

- I. selecionar candidatos adequados ao perfil do aluno desejado pela UNICAMP;
- II. verificar o domínio do conhecimento normalmente adquirido nas diversas formas de educação ao nível de 2º grau;
- III. avaliar a aptidão e o potencial dos candidatos para o curso superior em que pretendem ingressar;
- IV. influenciar no redirecionamento do ensino de 1º e 2º graus.

Parágrafo Único - Para alcançar os objetivos estabelecidos, as características a serem avaliadas nos alunos cujo perfil é desejado pela UNICAMP são:

- I. que sejam capazes de exprimir-se com clareza;
- II. que sejam capazes de organizar suas idéias;
- III. que sejam capazes de estabelecer relações;
- IV. que demonstrem capacidade para interpretar dados e fatos;
- V. que sejam capazes de elaborar hipóteses;
- VI. que dominem os conteúdos das disciplinas do núcleo comum do 2º grau.

Disponível em: http://www.pg.Unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=504

Na figura 2 a resolução que estabelece as normas do vestibular realizado em 2017.

Figura 02 – Resolução 016/2016



Procuradoria Geral



Resolução GR-016/2016, de 04/08/2016

Reitor: José Tadeu Jorge

Dispõe sobre normas para o Vestibular Unicamp 2017 e dá outras providências.

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, tendo em vista o decidido na Câmara Deliberativa da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp, em sessão de 04/08/2016, baixa as seguintes normas para o Vestibular Unicamp 2017 (VU 2017):

Artigo 1º - O VU 2017 tem por objetivos:

- I. Classificar e selecionar candidatos adequados ao perfil do aluno desejado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- II. Verificar o domínio do conhecimento desenvolvido nas diversas formas de educação do ensino médio pelos candidatos;
- III. Avaliar a aptidão e o potencial dos candidatos para o curso superior em que pretendam ingressar;
- IV. Interagir com os sistemas de ensino fundamental e médio e contribuir para o aprimoramento da educação básica.

Parágrafo único - Para alcançar os objetivos estabelecidos, o VU 2017 avaliará os candidatos nos seguintes aspectos:

- I. Capacidade de se expressar com clareza;
- II. Capacidade de organizar suas ideias;
- III. Capacidade de estabelecer relações;
- IV. Capacidade de interpretação de dados e de fatos;
- V. Capacidade de elaborar hipóteses;
- VI. Domínio dos conteúdos das áreas do conhecimento desenvolvidas no ensino médio.

Disponível em: http://www.pg.Unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=4980

Através das normas e resoluções se percebe que havia uma preocupação em selecionar estudantes que atendessem ao perfil desejado pela Unicamp. Este estudante não pode ser qualquer um, mas aquele que cumpra uma série de objetivos e que o seu potencial demonstrado nas provas se repercuta na universidade. Assim é necessário identificar se o estudante tem condições de cursar o ensino superior oferecido pela instituição, que se pretende diferenciado.

Nesse conjunto de objetivos a universidade se identifica, (des)identifica com outras instituições de ensino e seleciona o estudantes segundo o perfil por ela

desejado. Está claro que tal perfil está em consonância com o tipo de universidade que a Unicamp deseja ser. Nesse processo de seleção, de identificação do que caracteriza o modelo de universidade pretendida, são elaboradas questões que revelam em seu discurso, o tipo de leitor por ela esperado (Efeito leitor). É preciso deixar claro que não estamos defendendo aqui que qualquer sentido seja aceito na resposta das provas, mas vale a reflexão de que pode haver outros sentidos plausíveis, porém distintos daqueles que a universidade estabelece na grade de correção de suas questões.

Para Orlandi (2012) no Efeito leitor é preciso considerar que há um leitor virtual inscrito no texto, um leitor imaginário e imaginado pelo autor no momento da escrita. O autor não escreve para si mesmo, mas para um outro da leitura. Nas palavras de Orlandi (2012, p. 10)

Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos “formações imaginárias” em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para ele se dirige. Tanto pode ser um seu “cúmplice” quanto um seu “adversário”.

Assim, quando o leitor real, aquele que lê o texto, se apropria do mesmo, já encontra um leitor aí constituído com o qual ele tem de se relacionar necessariamente.

Os professores que fazem parte da banca elaboradora das questões das provas do vestibular da Unicamp imaginam esse leitor virtual, para selecionar as questões, gráficos, mapas, tabelas, que constituem as provas, imaginam e esperaram um tipo de estudante-leitor e antecipam as suas respostas, seja nas questões de múltipla escolha ou nas questões dissertativas, nessa segunda talvez de forma intensa, visto que é necessário que além de ler, interpretar é preciso também escrever o texto da resposta, aqui já se esboça qual perfil de estudante-leitor a Unicamp deseja como estudante-ingresso (ver as figuras 1 e 2, acima).

Orlandi (2012) reconhece que toda leitura é uma produção e para ler é preciso considerar as condições de produção da leitura. Uma série de condições extra-linguísticas contribuem de forma direta na leitura de texto, imagem, texto-imagem², leitor e texto interagem no momento da leitura e a memória discursiva é central nesse processo, é ela quem permite a leitura, que disponibiliza uma rede de

² Fotografia, cinema, música, teatro, dança, pintura, desenho.

significados, ou seja, é através do trabalho da memória discursiva que o leitor dá significado ao texto-imagem.

Para a AD a memória não é uma mera lembrança, recordação, é aquilo que já foi dito antes, em outro lugar e é retomado em outros momentos sem que haja uma consciência de estar acessando uma memória que já existe, o já dito se ressignifica em espaços-tempos distintos, num movimento constante de retorno e atualização. Contudo, Orlandi (2012) explica que são leitor e autor que interagem no momento da leitura, o texto é o objeto da mediação, dessa forma, são posições-sujeito que se relacionam na atualidade leitura.

A respeito da posição sujeito-leitor, sujeito historicamente produzido, é resultado dos

modos de assujeitamento em relação ao texto mudam profundamente no curso da História, do singular (à letra) para o plural (às letras): a maneira como o juridicismo se apresenta hoje no sujeito-leitor é a do efeito da livre determinação do(s) sentido(s) pelo sujeito da leitura. No entanto, ambigualmente, há uma espécie de imposição exercida de fora para que ele atribua vários (mas apenas alguns) sentidos e não outros (ORLANDI, 2012, p. 67).

Neste texto temos duas questões importantes e contraditórias a considerar, a primeira diz do assujeitamento do sujeito-leitor em relação ao próprio texto, pela AD sabemos que há diferentes maneiras de significar determinadas textualizações, porém o vestibular restringe fortemente tais possibilidades, direcionando o sentido que o leitor deve dar aos enunciados propostos. Assim, para o exame há uma forma de ler, modos e práticas de leitura que são impostas ao leitor, ao mesmo tempo se tem se forja a ilusão de que o sujeito-leitor é dono da sua interpretação e do sentido que dá ao texto. No jogo do sentido alguns são dizíveis e outros indizíveis, os sentidos passam por filtros e por algum mecanismo de controle. A Unicamp, enquanto formuladora de questões, recorta, por exemplo, o sentido que deseja que seus sujeitos-leitores expressem nas respostas e aquele que mais se aproxima da leitura pretendida, estarão mais próximos do ingresso à universidade.

Assim, a leitura será sempre incompleta. Além da memória discursiva, Orlandi admite ainda que a leitura e sua incompletude deriva também a relação com outros textos, a intertextualidade. “Quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que também está significando” (ORLANDI, 2012, p. 13). Entre o dito e o não dito a Unicamp produz

um sentido no que apresenta nas suas provas e sobre si mesma como instituição de pesquisa e ensino.

Em livro recém lançado pela Unicamp sobre os seus 30 anos de vestibular, já na apresentação se observa a necessidade de distanciamento em relação a outros processos seletivos e o reconhecimento da qualidade das provas e dos estudantes. O coordenador avalia: “com o passar do tempo, a Unicamp conseguiu construir um Vestibular único e de sucesso, respeitado e reconhecido em todo país como um dos melhores processos de seleção de estudantes no nível de Educação Superior” (COMISSÃO PERMANENTE PARA OS VESTIBULARES DA UNICAMP, 2016, p. 9). É um discurso que se aproxima das ideias do início do século 20, sobre competência, capacidade, habilidade, qualidade e eficiência que deve ter os cursos superiores no Brasil.

Entre as décadas de 1987 a 2016 o processo seletivo da Unicamp passou por diversas mudanças, o processo ficou maior e mais complexo, isso provocou a necessidade de reiteradas vezes a Unicamp rever as normas estabelecidas para seus exames, bem como aspectos de seu órgão gestor, a Comvest. Para se ter uma ideia do desenvolvimento operacional em 1987 o vestibular contava com 13.260 inscritos para ocuparem 1.380 vagas e as provas eram aplicadas em nove cidades do Estado de São Paulo. Já em 2016 houve 77.760 inscritos para 3.320 vagas, com provas aplicadas em 25 cidades do Estado de São Paulo, mais Brasília no Distrito Federal. Estes 77 mil inscritos são um número maior que a população de cidades do interior de São Paulo e da região metropolitana de Campinas como Vinhedo, Registro, Paulínia, Amparo e outras.

Mas, o vestibular da Unicamp já foi nacional, com provas aplicadas nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste. Desde 2013, as cidades do eixo Norte-Nordeste não constavam como locais de vestibular, em 2017, Fortaleza retorna como local de provas, única cidade daquele eixo.

Discurso e Texto

O termo discurso é de uso corrente no cotidiano das pessoas, utilizado, basicamente, para designar uma fala, intenção, argumentação, enfim, uma necessidade de convencimento. Evidentemente, para os autores e pesquisadores da

AD, o discurso é definido de forma mais complexa, mas não se nega o uso comum do termo, talvez ao contrário, se utiliza de fragmentos desse uso comum, afinal é na língua que o discurso ganha materialidade (POSSENTI, 2009; ORLANDI, 2015).

A língua é a principal materialidade do discurso, mas não é a única, se pensarmos na linguagem como um sistema mais amplo, complexo e incompleto, podemos alargar o seu conceito e pensar que a materialidade se constitui de várias formas de linguagem, como, por exemplo, fotografias, gráficos, pinturas, músicas, danças, ou seja, uma série de linguagens não-verbais, mas que não por isso deixam de ser carregadas de discursividades em suas manifestações materiais. O que estamos propondo aqui é que a linguagem seja considerada em sua dimensão verbal (falada e escrita) e não-verbal aquela que não usa a fala e a escrita como principal forma de expressão, mas apresenta-se em imagens, gráficos, pinturas, figuras, fotografias, mapas, desenhos, arquitetura, dentre outras.

De acordo com Cavalcante e Custódio Filho (2010) a linguagem tem por meta tratar da temática dos sentidos, isso pode indicar que a produção dos sentidos passa pelo uso da linguagem. Partindo da noção de texto desenvolvida por Koch, os autores a expandem e o consideram como objeto complexo e multifacetado. Eles parafraseiam Koch (2004) da seguinte forma:

A produção de linguagem [verbal e não verbal] constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos [linguísticos] presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal (CAVALCANTE e CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 64, grifo dos autores).

Orlandi (2005) esclarece que Pêcheux considerava a linguagem como um sistema capaz de ambiguidade e define a discursividade como a inserção dos efeitos materiais da língua na história, incluindo a análise do imaginário na relação dos sujeitos com a linguagem. De acordo com Pêcheux o linguístico é pressuposto de todo processo discursivo. Portanto, o que torna a linguagem objeto discursivo é a sua relação com a história e aqui propõe-se considerar também a sua relação com a geografia.

O discurso é definido por Pêcheux como um efeito de sentidos entre locutores, um objeto sócio-histórico, em que o sujeito não está na origem do seu

dizer, mas é atravessado por outros discursos e ideologias, dessa forma, critica a evidência e a transparência do sentido (PÊCHEUX, 2014).

Para Possenti (2009, p. 16), o discurso é um tipo de sentido, “um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia – que se materializa na língua, embora não mantenha uma relação biunívoca com recursos de expressão da língua”. Ou seja, é através do texto falado, escrito e imagético que o discurso toma forma, conteúdo e posição. Os textos (falado, escrito e imagético) materializam discursos que são formados dentro de formações distintas. Os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos estão colados à posição do sujeito (locutor e ouvinte) e às condições de produção do próprio discurso.

Em AD Orlandi (1995) explica que o texto é a unidade primeira, uma peça de linguagem, materialidade histórica. Para a autora as palavras não significam em si mesmas, é o texto que significa e para ser texto é preciso ter textualidade, esta, por sua vez, “é a função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade” (ORLANDI, 1995, p. 111). É o discurso que sustenta e significa o texto é esse movimento que o torna textualidade. Por exterioridade entende-se o interdiscurso, memória discursiva e as condições de produção, os contextos culturais, econômicos, políticos, sociais e históricos, geográficos, é, portanto, na relação do texto com as condições de produção e o interdiscurso que se produz a textualidade.

Para Orlandi (1995, p. 112) “o texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada — embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira — pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários)”. É neste jogo que a exterioridade se manifesta, quando o texto é posto em relação a outros textos, isso indica que a exterioridade é constitutiva do próprio texto, porque sempre contém ou é atravessado por outros textos.

A respeito do texto Indursky (2015) através de Guespin explica que “um olhar lançado sobre um texto, do ponto de vista de sua estruturação em “língua” faz dele um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção deste texto o transforma em um discurso” (GUESPIN, 1976 apud INDURSKY, 2015, p. 75). Dessa forma, o texto precisa relacionar-se as condições produção para se fazer discurso e para isso é preciso atravessar os elementos internos ao texto e considera-lo inscrito na história e na geografia.

Indursky (2015) explica ainda que as Condições de Produção de um texto o relaciona a sujeitos históricos, ou seja, a sujeitos sociais, afetados pelo inconsciente e pela ideologia, age sob a ilusão de estar na origem do seu dizer. É o sujeito descentrado, que precisa acessar a memória discursiva, o interdiscurso que lhe permite o seu dizer. Neste, está ancorado o repetível, outros textos e discursos. Para que este sujeito historicamente produzido possa dizer é necessário imergir na memória discursiva, lugar de múltiplos sentidos, fazendo emergir outros textos e discursos ditos em outros lugares e independentemente. É possível considerar que memória e o sentido não são datados, não tem um marco fundador, o recorte temporal é definido pelo analista.

Ainda nessa relação entre linguagem e discurso, ou especificamente linguagem como materialidade discursiva, Brandão (2012, p. 09) admite que como “sistema de significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. E é nessa distância, no interstício entre a coisa e sua representação sígnica, que reside o ideológico”. O ideológico aí aparece justamente na mediação entre nós e o mundo, o olhar sobre a realidade é ideológico e é assim que significamos a nós mesmos, ao mundo.

A linguagem vista como materialização do discurso é prática social, sugere como pressuposto, interação e processos de significação permanente. A linguagem assim é lugar de conflito, confronto, disputa, mas é também lugar da identificação, do reconhecimento, da significação.

Nesse sentido, Orlandi (2015, p. 13-14) esclarece que a AD não trabalha a linguagem como sistema abstrato, mas com a língua enquanto materialidade simbólica, “com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.” Considerar a materialidade simbólica do discurso, implica considerar a memória discursiva que é construída pelas diversas formas de discurso. Noção importante, sobretudo, quando se trata das questões concernentes ao clima e a vegetação da Região Nordeste do Brasil. Existe uma representação simbólica hegemônica que caracteriza esta região.

Pêcheux (1999) explica que

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais

tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

A memória discursiva se estabelece e se impõe pela sua ausência, ou seja, é o que já está lá, faz parte da nossa história, mas só a acessamos quando somos afetados por alguma necessidade. Ou como esclarece Orlandi (2006) a memória discursiva é constituída pelo esquecimento. Portanto, ela é também uma construção histórica-social. É justamente esta memória que nos permite ler um acontecimento. Um geógrafo só consegue ler um fenômeno geográfico porque existe uma memória discursiva que o permite fazer as relações necessárias para a leitura do fenômeno. Para fazer uma leitura sobre o clima do Nordeste, por exemplo, é necessário acessar uma série de imagens, concepções, ideias, conceitos, uma série de pré-construídos, de implícitos que constroem e organizam a nossa memória discursiva sobre este clima.

Segundo Pêcheux, memória discursiva é o já-dito que torna possível todo dizer. Há um significado anterior. O sentido, então, passa pela memória discursiva, essa relação é mediada pela ideologia e pelo inconsciente.

Já Courtine (1999), nos convida a fazer uma reflexão que cabe para este texto que diz da relação memória história e memória política, para este autor, o funcionamento do discurso político possibilita e organiza a materialização da memória histórica-discursiva-política.

A análise: Discursos sobre clima do Nordeste brasileiro

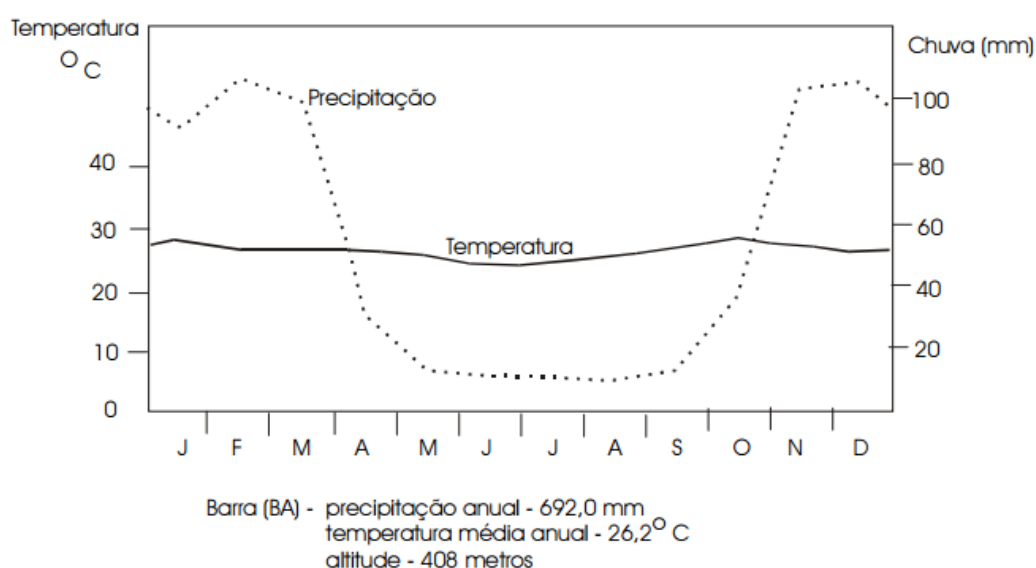
Clima do Nordeste brasileiro é um tema sensível, relevante e possibilita diferentes abordagens de estudos. Analisaremos a seguir duas questões da prova de geografia da segunda fase do vestibular da Unicamp dos anos de 2003 e 2011. Para tanto, utilizaremos os aportes fornecidos pelo referencial teórico da AD.

A questão 16 do ano de 2003 apresenta a imagem de um climograma para conduzir a leitura e as respostas. É importante explicar que climograma é um gráfico que apresenta os níveis de temperatura e pluviosidade de uma determinada área e/ou de uma cidade, por exemplo. É a partir do cruzamento dos dados de temperatura e pluviosidade e das suas distribuições ao longo de um ano, de janeiro

a dezembro, que é possível identificar os tipos de clima ou a sua predominância. Todas as pessoas que passaram pela experiência escolar nos últimos 30 anos estudou de alguma maneira os climogramas, eles estão presentes nos livros didáticos, em questões de vestibular e apostilas de escolas de todo Brasil. Vejamos a imagem a seguir:

Figura 03 – Questão 16 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 2003 da Unicamp.

16. O gráfico abaixo retrata a distribuição das temperaturas e precipitações médias mensais de Barra (BA).



Fonte: E. Nimer. "Climatologia da Região Nordeste do Brasil: introdução à climatologia dinâmica". *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, 34(2), 1972, p.46.

- a) Qual é o tipo climático representado e sua principal área de ocorrência?
- b) Descreva os principais aspectos térmicos e pluviométricos do tipo climático representado.
- c) Qual é a formação vegetal que aparece associada a este tipo climático?

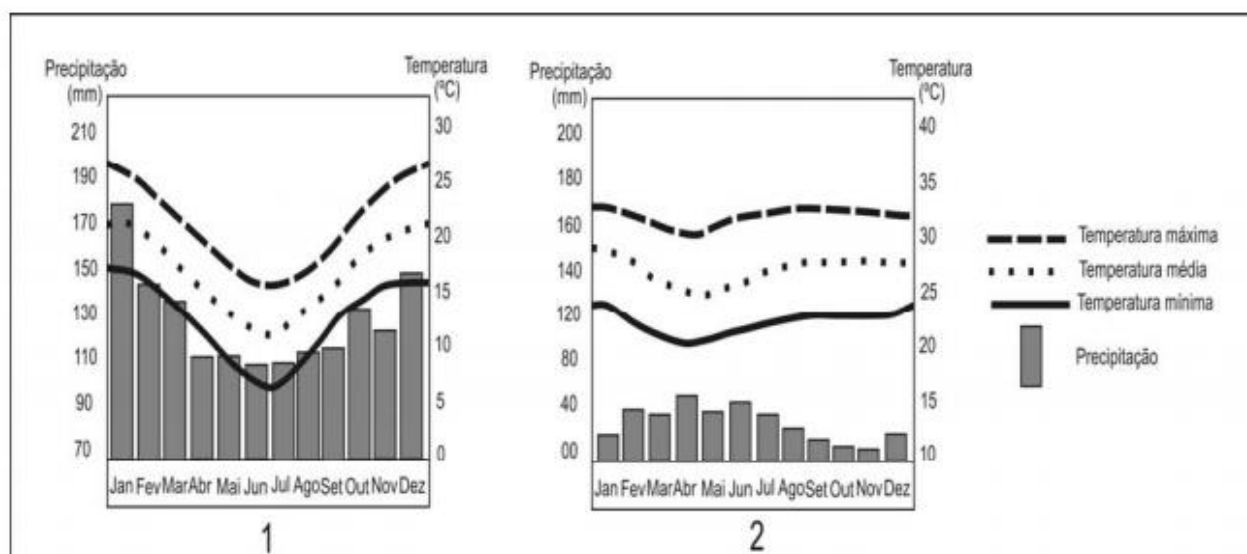
Disponível em: http://www.comvest.Unicamp.br/vest_anteriores/2003/download/fisgeo.pdf

A figura 03 apresenta o gráfico da distribuição de temperatura e chuva ao longo de um ano na cidade de Barra, no Estado da Bahia. Esta cidade não é a mais conhecida da Bahia em nível nacional, mas se o vestibulando considerar o Estado da Bahia, e sua localização em relação aos paralelos (Linha do Equador, por exemplo), terá noção, mesmo de modo superficial da temperatura local. Embora, ao contrário do que é apresentado no climograma da cidade de Barra, existem cidades no Estado da Bahia com médias de temperatura em torno de 20°C, como em Vitória

da Conquista no sudoeste e 19.1°C, em Piatã na chapada Diamantina³. Essas informações colocam em cheque, inclusive, a ideia hegemônica e estabilizada de que regiões que estariam próximas a linha do Equador tem altas médias de temperaturas, mesmo porque existem outros elementos que interferem na variação térmica, como a altitude, por exemplo. Mas, o gráfico é tomado socialmente como uma evidência científica e por isso mesmo não passível de questionamentos, “os gráficos não mentem, os dados não mentem”. O efeito de evidência do gráfico cola-se a uma imagem que ele representa e desse funcionamento, tem-se uma verdade estabelecida. A relação evidência e verdade acontece como se a primeira estivesse diretamente associada à segunda, como um amálgama. Reflexão semelhante é possível fazer a respeito da questão 06 do ano de 2011:

Figura 04 – Questão 06 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 2011 da Unicamp.

6. Os climogramas abaixo representam dois tipos climáticos que ocorrem em território brasileiro. Observe-os e responda:



(Adaptado de <http://www.climabrasileiro.hpg.ig.com.br>)

- A que tipos climáticos se referem as figuras 1 e 2, respectivamente?
- Qual a vegetação característica das respectivas regiões?

Disponível em: <http://www.comvest.Unicamp.br/vest2011/F2/provas/ciening.pdf>

³ Dados do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA. Disponível em <http://www.inema.ba.gov.br/>. Acesso em 05 de dezembro de 2016.

Observando os climogramas é possível perceber que as perguntas tanto da questão 16, quanto da 06 são iguais, ou seja, se referem aos tipos climáticos e a sua vegetação característica. Embora os gráficos demonstrem as mesmas variáveis (temperatura e precipitação) visto que ambos são climogramas a leitura tanto de um quanto do outro demanda um olhar diferente, seja pela resolução do gráfico, pela mudança dos eixos de temperatura e precipitação, pelo intervalo das unidades de medida das variações de temperatura e precipitação, escala, forma do desenho, pelas informações sobre temperatura, enfim, os gráficos apesar de apresentarem tipos climáticos não são iguais, e por isso, não possibilita iguais leituras.

Os dois climogramas da questão 06 não estão relacionados a nenhuma cidade, a fonte parece não ser tão importante, visto que está fora do gráfico e não tem boa visualização e não tem dados complementares como a indicação da altitude tal qual na questão 16. Se observamos apenas o desenho das barras, já teríamos um outro padrão de leitura dos gráficos. É ainda importante destacar que os intervalos das unidades de medidas entre os dois gráficos da questão 06 são diferentes, o que daria uma percepção visual muito dispare em relação a distribuição das temperaturas e precipitações, ou ainda, talvez, esta diferença possa ter sido uma estratégia visual de ressaltar a forte diferença entre os dois gráficos da mesma questão.

O climograma da questão 16 e o segundo da questão 06, descrevem um mesmo tipo climático, semiárido, mas são particularmente diferentes entre si, isso já é um indicativo de que os tipos climáticos não são homogêneos como se quer fazer pensar. Um mesmo tipo climático pode haver diferentes variações e, por isso, distintas “representações” de temperatura e precipitação.

Ao colocar os dois gráficos (questão 16 e o segundo da questão 06) em relação é possível observar como as suas apresentações visuais permitem leituras diferentes, na distribuição da precipitação, por exemplo, o segundo gráfico induz o olhar a perceber que existe uma maior precipitação durante o ano, o contrário em relação ao primeiro gráfico, que dá a entender que existe uma quantidade baixíssima de precipitação na maior parte do ano. Se considerarmos, ainda, a unidade de medida da precipitação, intervalos de 20 milímetros no primeiro gráfico e de 40 milímetros no segundo a diferença é confirmada, indica que há sim uma maior precipitação registrada pelo segundo gráfico. Há também uma diferença significativa

na distribuição das chuvas ao longo do ano, observe que no primeiro gráfico entre novembro e abril existe maior precipitação, já no segundo gráfico a concentração das chuvas estão concentradas entre os meses de fevereiro a agosto.

Com a linha da temperatura a diferença em relação a precipitação é bem menor. De forma geral, a temperatura aparece em ambos gráficos com certa estabilidade. No primeiro gráfico quase não há variação, a temperatura gira em torno dos 25-30 graus.

Dessa forma, pode-se admitir que os gráficos só fazem sentido quando inseridos em um contexto específico, isso quer dizer que eles podem ser usados para diferentes fins e produzir diferentes efeitos de sentidos, a depender do seu uso e da sua relação com outras textualidades. Um gráfico, por exemplo, retirado do contexto que foi inicialmente concebido, significa de diferentes formas quando inseridos em outras situações, é disso que estamos tratando aqui, não no sentido do gráfico em si mesmo, mas na sua relação com a exterioridade que o produz e da qual é constituído.

A leitura de gráficos, assim como de qualquer outro objeto discursivo, acessa memórias das quais conscientemente não temos acesso. Os gráficos tem um efeito de interpretação transparente e evidente, e é justamente nessa relação que o efeito ideológico se manifesta, nesse processo é preciso devolver a opacidade ao gráfico.

A respeito da linguagem dos gráficos, Souza (2010, p. 12) explica que

a leitura de gráficos parece exigir não apenas a decodificação de dados compilados, mas parece solicitar um olhar que se estenda para além das evidências, um olhar que perceba os gráficos enquanto construção humana, os quais trazem em si versões sobre fatos e assim estão carregados de ideologias e valores.

Sobre a leitura de gráficos sob o ponto de vista discursivo Souza (2010) analisa que para que a leitura se realize como processo de interpretação é necessário que haja uma memória discursiva inscrita através da qual o sentido se produz.

Podemos então pensar que, ao lermos gráficos, acessamos automaticamente um conjunto de regras anônimas que produzem os efeitos da nossa leitura. Então podemos considerar os gráficos como objetos discursivos, os quais apesar de poderem manter relações com os discursos verbais, possuem suas especificidades e também a capacidade de gerar diferentes interpretações (SOUZA, 2010, p. 12).

Mas, a ideia que prevalece no imaginário coletivo é a imagem clichê de que na Bahia e por consequência, no Nordeste brasileiro as temperaturas são sempre elevadas e que todo o Nordeste brasileiro é constituído pelo clima semiárido, motivo principal do seu subdesenvolvimento. O climograma da cidade de Barra fornecido na questão corrobora o clichê, uma vez que pode-se observar no rodapé do gráfico a informação de que a média de temperatura anual é 26,2°C e de que há baixíssima pluviosidade (ver figura 03).

Mas, como deslizar, problematizar ou questionar as imagens clichês? Para Deleuze existe uma possibilidade de desviar da imagem clichê, fazendo

rapidamente 'marcas livres' no interior da imagem pintada para destruir a figuração nascente e dar uma chance à Figura, que é o próprio improvável. Essas marcas são acidentais, 'ao acaso'; mas vê-se que a mesma palavra acaso de modo algum designa probabilidades, designa agora um tipo de escolha ou de ação sem probabilidade. Pode se dizer que essas marcas não são representativas, justamente porque dependem do ato ao acaso e nada exprimem que se refira à imagem visual: elas só dizem respeito à mão do pintor. Mas, por isso só servem para serem utilizadas, reutilizadas pela mão do pintor, que vai se servir delas para extrair a imagem visual do clichê nascente, para se desvencilhar da ilustração e da narração nascente. (DELEUZE, 2007, p. 97-98).

Para Deleuze é preciso fazer furos na imagem clichê para que outras imagens-possibilidades apareçam. O problema não estaria então no clichê, mas em outras possibilidades de apresentação que ele sombreia, apaga e silencia, estabilizando uma ordem já previamente estabelecida como única verdade. Pesando assim, quais outras imagens possíveis poderiam compor o cenário climático e político, social da região Nordeste do Brasil?

A imagem clichê é uma pista interessante para pensar o climograma. Se considerarmos o processo histórico identificaremos que o Nordeste tem sua construção imagético-discursiva que insere o seu clima como principal característica da região.

Se considerarmos que essas imagens fazem parte de uma prática ritualizada imagético-discursiva, um diálogo com Pêcheux nos parece adequado, para quem

E através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

O autor indica que para romper o ciclo da repetição é necessário quebrar com os rituais que reproduzem a repetição do dizer, nesse círculo muitos outros discursos são impedidos de emergir, por isso que a quebra, a falha, a rachadura são necessárias para que discursos outros irrompam. Por outro lado, o mesmo Pêcheux nos explica que todo ritual é passível de falhas, fissuras por onde as transgressões passeiam.

Outra ideia potente para pensar o clichê são as imagens canônicas. Na esteira de Saliba (1999), Molina (2016, p. 225) explica que as imagens canônicas

(...) seriam aquelas imagens-padrão ligadas a conceitos-chaves de nossa vida social e intelectual, onde, tais imagens constituem pontos de referência inconscientes, sendo, portanto, decisivas em seus efeitos subliminares de identificação coletiva. [Assim, são] (...) imagens de tal forma incorporadas em nosso imaginário coletivo que as identificamos rapidamente. (...) Os livros didáticos são, quase que infinitamente ilustrados com imagens canônicas (SALIBA, 1999, p. 437).

As imagens canônicas são pontos de referências, pontos de ancoragem que dão identidade a memória discursiva que está para uma memória coletiva em sua natureza constitutiva. Essas imagens são construídas coletivamente no jogo seletivo do que deve ser lembrado como imagens identitárias de um espaço, região e o que deve ser esquecido pelas sociedades. As imagens clichês e as imagens canônicas fazem parte um mesmo conjunto de imagens estabilizadas que apresentam e representam uma sociedade, como, por exemplo, as imagens que são construídas dos nordestinos, pelos próprios nordestinos e pelos não nordestinos. Existem variados suportes verbais e não-verbais que se ocupam de construir imagens de um Nordeste.

As imagens canônicas e as imagens clichês são pontos, imagens-âncoras/normativas que apoiam, amparam, alicerçam, suportam e sustentam as memórias discursivas. São pontos de apoio, pontos de descanso da memória discursiva, que não podem ser tomados fora do contexto constitutivo. São pontos porque são imagem pontuais, limitadas como representação, mas que fazem parte de um conjunto discursivo muito maior e mais estruturado. As imagens âncoras precisam de tempo para circular pelo imaginário social, precisam de tempo para serem esquecidas e espaço-tempo para serem acessadas, como neste caso no momento da realização das provas do vestibular. Essas imagens são reguladas, ajustadas, manipuladas, agenciadas pelos mecanismos de memórias e

esquecimentos. Nessa disputa de forças alguns dizeres são legitimados outros silenciados.

No sentido colocado por Medeiros (2009) enquanto objeto simbólico a imagem na AD ganha dimensão de ser significada na relação com o interlocutor, do mesmo modo em que as imagens também fazem parte do jogo político pelo poder de forças que as fazem hegemônicas ou não, o significado das imagens são, assim, construções históricas, políticas e discursivas. Por exemplo, as imagens que circulam como predominantes sobre o Nordeste brasileiro, parte das quais, estão na epígrafe que inicia este texto. O Nordeste é precário, seco, árido, subdesenvolvido, carente, pobre, a sua vegetação é caatinga, espinhenta, feia, cinza. É possível ainda relacionar essas características da caatinga à famosa frase “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” de Euclides da Cunha presente em seu mais conhecido livro “Os sertões”, ser forte é resistir às intempéries da natureza e para isso é preciso manter a dureza para permanecer em meio a seca, a fome e a pobreza.

Considerações finais

A AD da qual partilhamos deve ser pensada tal qual deve ser a escola e a universidade está colada à vida. É na vida que os sentidos são construídos, reconstruídos, ressignificados, rompidos, fragmentados, deslizados, esquecidos e estabilizados. Logo, pensar o discurso é também pensar as práticas políticas de seus interlocutores, o jogo da linguagem é, sobretudo, um jogo político de esquecimentos e permanências, de rupturas e engessamentos, de verdades falhas.

Os climogramas da questão 16 e 06 reforçam o clichê e as imagens canônicas construídas da região Nordeste, que é identificado e caracterizado (pelas mídias diversas: revistas, jornais, tevê, música, literatura, ciência e pelos livros didáticos de geografia) por um clima semiárido e com vegetação de caatinga, apenas. O Nordeste é quente e seco. Essa é a imagem construída do Nordeste brasileiro. Mas quantos Nordestes cabem em um mesmo Nordeste? E quantas imagens podem ser decorrentes desses Nordestes? Quantos tipos climáticos são possíveis identificar nesta região que é tão extensa do ponto de vista espacial? Afinal, o que se quer silenciar?

O ponto de tensão presente nas questões analisadas diz respeito, sobretudo, ao uso da linguagem verbal e imagética e suas relações na produção de sentido. Assim, para Pêcheux a língua é polissêmica e opaca e o real da língua é a falha, o mesmo podemos aceitar em relação ao espaço, este é polissêmico, não transparente e o seu real não é a sua totalidade, mas as fissuras que são abertas pelo movimento cambiante das relações entre natureza, história e sociedade.

Referências

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 3 ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. *Revista do GELNE*, v. 12, n. 2, 2010.

COMISSÃO PERMANENTE PARA OS VESTIBULARES DA UNICAMP. *Vestibular Unicamp: 30 anos*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, São Paulo: Edufscar, 2009. p. 45-68.

_____. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURKY, Freda. (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.

DELEUZE, Gilles. *Francis Bacon: lógica da sensação*. Trad. Roberto Machado et al. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade*. Pontes Editores: Campinas, São Paulo, 2015. p. 37-87.

MEDEIROS, Caciane Souza de. Formação Ideológica: o conceito basilar e o avanço da teoria. In: IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso - SEAD, 2009, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Anais... Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em <http://analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/CacianeSouzaDeMedeiros.pdf>. Acesso em 07 de abril de 2017.

MOLINA, Ana. Imagens sobre História do Paraná em livros didáticos de História: a paisagem e a memória em pequenos relicários. In: MOLINA, Ana; FERREIRA, Carlos Augusto Lima. *Entre textos e contextos: caminhos do ensino de História*. Curitiba: Editora CRV: 2016.

ORLANDI, E. "Michel Pêcheux e a Análise de Discurso". In: *Estudos da Língua(gem)*, n. 1, p. 9-13, 2005.

_____. Análise de Discurso. In: Orlandi & Lagazzi-Rodrigues (Orgs.). *Introdução às ciências das linguagens – Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006, p. 11 – 31.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Pontes Editores, Campinas, São Paulo, 2015.

_____. *Discurso e Leitura*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Texto e Discurso. ORGNAON: Revista do Instituto de Letras da UFRGS. [on line]. Volume 9, número 23, 1995. Rio grande do Sul. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/issue/view/1690>. Acesso em: 08.10.2017.

PÊCHEUX, M. "Delimitações, inversões, deslocamentos". In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 19, p. 7-24, 1990.

_____. Papel da memória. In ACHARD, Pierre. (Org.). *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni P. Orlandi. 7. ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaio s sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOUZA, Edson Roberto de. *Leituras, limites e possibilidades de gráficos do ENEM no contexto do aquecimento global e das mudanças climáticas*. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em História e Ensino das Ciências da Terra) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/2018

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.